

CONSELHO GERAL DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Comissão de Planeamento e Financiamento

Relatório de Gestão e Contas Consolidadas

da Universidade do Porto relativo ao ano de 2016

Proposta de Parecer

Enquadramento

No âmbito do nº 3 do artº 3º do Regimento do CG, de 17 de janeiro de 2014, esta proposta de parecer destina-se a ser apreciada e eventualmente subscrita pelos membros cooptados do Conselho Geral (CG) da Universidade do Porto (UP). A proposta foi elaborada na sequência da reunião, no dia 27 de junho de 2017, da Comissão de Planeamento e Financiamento (CPF) onde estiveram presentes o Doutor João Ribeiro, Pró-Reitor da UP e o Dr. José Branco, administrador da UP, que fizeram exposições sumárias dos conteúdos do Relatório em epígrafe e responderam às diversas questões colocadas pelos membros desta Comissão do CG.

De acordo com o estabelecido no protocolo de colaboração assinado entre o Conselho Geral (CG) e a Faculdade de Economia da UP, de 17 de junho de 2016, foram designados pelo Diretor da Faculdade de Economia da UP, Prof. Doutor José Varejão, o Doutor José da Silva Costa, professor catedrático de Finanças Públicas, e Jorge Bento Farinha, professor auxiliar de Finanças Empresariais, para colaborarem com a CPF na análise do Relatório e cujas apreciações técnicas se anexam a esta proposta de parecer.

Apreciação global

O presente Relatório é o primeiro elaborado sob o plano estratégico da U. Porto 2020.

Globalmente, o Relatório está bem estruturado, é de fácil leitura e contém dados relevantes sobre as atividades desenvolvidas e o estado financeiro da UP e das suas entidades participadas (i.e. o Grupo U. Porto). No entanto, continuam a verificar-se algumas insuficiências, algumas das quais já apontadas em pareceres anteriores: *“seria bastante informativo e recomendável a inclusão, no próximo relatório, de um quadro com indicadores da produção científica de todas as unidades de I&D acolhidas nas Unidades Orgânicas e na Reitoria, circunscrita aos docentes da UP que nelas estão integrados, de modo a se vir a ter também uma ideia da contribuição relativa destas unidades para a produção científica da Universidade”*. De facto, continuam em falta indicadores científicos (e outros) sobre todas as unidades de investigação acolhidas nas Unidades Orgânicas (UOs) e/ou na Reitoria da UP (p. ex. I3S).

Na verdade, devido à ausência de indicadores de *benchmarking* relativos a universidades e centros de investigação congéneres, nacionais e internacionais, continua a não ser possível responder a questões que se nos afiguram pertinentes tais como *“Tendo em consideração a sua área científica, quais as unidades de investigação mais produtivas e eficientes, no Grupo U. Porto?”* ou, tentando

medir o grau de inovação e empreendedorismo dos docentes e estudantes da Universidade: *“Quantas novas startups iniciaram as suas atividades em 2016, fruto de atividades desenvolvidas no âmbito da UP?”*

Ou seja, e tomando ainda como exemplo a área da investigação, o Relatório deveria apresentar – tanto para unidades de I&D acolhidas em entidades do perímetro como para as acolhidas nas UOs e na reitoria da UP – indicadores de suas atividade (p. ex. nº de publicações indexadas, nº de citações, nº de projetos e montantes financiados, nº de entidades externas abrangidas por transferência de tecnologia e respetivos valores dos serviços prestados, nº de orientações e/ou acolhimento de teses de mestrado e doutoramento concluídas), dos recursos humanos a elas alocados (p. ex. nº de doutorados e/ou investigadores integrados, em ETIs), bem como os seus respetivos rácios, de modo a tornar possível a análise comparativa das suas contribuições individuais para o Grupo U. Porto.

Similarmente, os indicadores de responsabilidade social continuam incipientes e continua a não haver indicadores específicos relativos à empregabilidade, cuja análise da sua evolução seria muito importante tanto para os estudantes da UP como para os docentes e decisores institucionais.

De qualquer modo, a CPF gostaria de felicitar o Doutor João Ribeiro pelo seu empenho, qualidade do trabalho realizado e disponibilidade em atender, na medida do que lhe é possível, as recomendações que lhe foram feitas no passado por esta Comissão.

Apreciação sumária das atividades do Grupo U. Porto

Durante 2016, as atividades de ensino, investigação e prestação de serviços do Grupo U. Porto mantiveram, em geral, um assinalável nível de desempenho e qualidade, como evidenciado nos indicadores de educação e formação, de investigação e de terceira missão apresentados, em detalhe, no Relatório.

No entanto, face a 2015 e relativamente às UOs, houve diminuição do número de estudantes de 2º e 3º ciclos inscritos pela primeira vez (-6%), bem como do número de estudantes inscritos em cursos não conferentes de grau (-9%). É de salientar que esta diminuição não foi acompanhada nos cursos não conferentes de grau ministrados em entidades do perímetro que tiveram até um acréscimo de 21% face ao ano anterior.

Embora o nº de projetos financiados tenha decrescido significativamente em 2016 face ao ano anterior, saliente-se, como positivo, o volume significativo (cerca de 200 M€) de novos projetos que tiveram início em 2016. No entanto, o volume de financiamento de projetos de investigação proveniente de concursos competitivos a nível nacional é ainda significativamente maior do que o proveniente de concursos internacionais. Esta realidade é não só preocupante em termos de sustentabilidade financeira como em termos de competitividade científica, denotando algumas fragilidades na resposta da UP ao duro desafio que a globalização da educação e da ciência coloca à Universidade.

Será ainda talvez de notar que estes resultados do Grupo U. Porto – maioritariamente bastante positivos mas com alguns indicadores preocupantes – são certamente indiciadores por um lado da grande resiliência e empenho dos seus docentes e investigadores (que continuam a trabalhar num clima conjunturalmente adverso, fruto sobretudo das dificuldades de progressão na carreira e da

ausência de incentivos económicos à avaliação do seu mérito) e, por outro, do natural envelhecimento dos seus quadros, cuja renovação há muito vem tardando.

Apreciação sumária da situação económico-financeira do Grupo U. Porto

Para um maior detalhe na análise deste componente sugere-se desde já a consulta integral das apreciações efetuadas pelos Doutores José da Silva Costa e Jorge Bento Farinha.

No entanto, e por ser também a opinião dos seus membros, a CPF não quer deixar de reiterar algumas das principais conclusões, nomeadamente quanto aos principais riscos identificados e a recomendações efetuadas.

Globalmente, e tal como referido no parecer do Doutor José Costa, “os fundamentais económicos do Grupo UP continuam a ser muito positivos, embora se observe uma continuada (embora ligeira) deterioração da excelente posição do Grupo U. Porto.” Na verdade, a magra evolução do financiamento proveniente do OE associada ao eventual aumento de custos decorrentes da expansão das instalações de algumas instituições do perímetro poderá vir a aumentar significativamente os riscos de uma evolução desfavorável da situação da económico-financeira do Grupo U. Porto.

Tal como também alertado no parecer do Doutor Jorge Farinha, embora tenha havido um esforço significativo na redução de alguns custos, “A evolução da atividade do Grupo U. Porto revelou a ocorrência de resultados negativos”, resultantes sobretudo de um aumento das despesas com o pessoal não completamente compensado pelas transferências do Estado. De igual modo, o contributo de várias das entidades participadas é bastante negativo para os resultados consolidados, sendo o caso da UPTEC o mais gravoso, “com aparente tendência de agravamento anual”.

Neste contexto, para além de uma monitorização atenta da evolução do eventual desequilíbrio económico-financeiro resultante da redução do financiamento do OE e da expansão de atividades em algumas instituições do perímetro, uma vez mais se recomenda a necessidade de se identificarem possíveis redundâncias e eventuais ganhos na organização da Reitoria, das UOs e das entidades do seu perímetro de consolidação e, sobretudo, na implementação de sinergias entre elas. Na verdade, este processo de análise e reestruturação é fundamental, se quisermos tornar mais eficientes as atividades de ensino, de investigação e de valorização económica e social da UP. Neste âmbito, é de lamentar que, embora os Protocolos de Cedência de Recursos entre as entidades participadas e a UP sejam instrumentos estruturantes da relação entre estas entidades e estejam há muito previstos nos Estatutos da Universidade, nenhum foi devidamente atualizado ou mesmo efetuado, em 2016. Similarmente, normativos importantes e urgentes que venham a enquadrar o conteúdo destes Protocolos, tais como o Regulamento de Distribuição de Serviço dos Docentes ou o Regulamento Geral de Investigação, também não se efetivaram durante 2016.

Por outro lado, é relevante notar que os critérios económicos requeridos para o estatuto de Fundação continuam a ser folgadoamente cumpridos, sendo, em particular, a percentagem de receitas próprias consolidadas de 60%.

Finalmente, a CPF, uma vez mais, apela à Universidade em geral e à Reitoria em particular, que deverão ser envidados esforços para um maior envolvimento de todos os interessados – desde os

estudantes, funcionários, docentes e investigadores aos diretores de departamento, de unidades orgânicas, de institutos de interface e de outras entidades participadas – de modo a se melhorarem os atuais processos de gestão e se encontrarem soluções organizacionais mais efetivas, visando o aumento das receitas próprias e, conseqüentemente, uma maior autonomia financeira da UP, ou seja, uma menor exposição às limitações financeiras do Estado.

Conclusão

Considerando o acima exposto, e sem prejuízo dos alertas e recomendações feitas, CPF propõe a subscrição desta proposta de parecer pelos membros cooptados do Conselho Geral da UP e a aprovação do Relatório e Contas Consolidadas Ano 2016 da Universidade do Porto pelo CG.

Porto, 29 de junho de 2017



Prof. Doutor Altamiro da Costa Pereira
Coordenador da CPF

Parecer sobre o Relatório e Contas Consolidadas do Grupo UP no Ano de 2016

1. Âmbito deste Parecer

Este parecer é escrito em resposta a pedido formulado pelo Conselho Geral da UP ao Conselho Executivo da FEP. No parecer, agora apresentado, não se pretende formular juízos de valor sobre as opções de política universitária contidas nos documentos nem avaliar os procedimentos contabilísticos seguidos na elaboração das Contas Consolidadas do Grupo UP. O objetivo central deste parecer é fazer uma leitura independente do Relatório e Contas Consolidadas do ano de 2016 do Grupo UP centrando a análise na consistência dos documentos e, por esta via, servir como documento de apoio técnico à sua apreciação pelo Conselho Geral da UP.

2. Documento em Apreciação

O documento em apreciação apresenta o Relatório e Contas Consolidadas no ano de 2016 do Grupo Universidade do Porto onde se inclui o núcleo UP (Reitoria, Unidades Orgânicas, Serviços Autónomos) e outras instituições que prosseguem fins alinhados com a missão da UP e incluídas no perímetro de consolidação do Grupo UP.

O documento em análise apresenta de uma forma clara e consistente as contas consolidadas do Grupo UP. O documento apresentado é conciso e completo nas explicações da evolução das rubricas onde ocorreram maiores variações. Tendo o Grupo UP uma grande amplitude, a análise de eventuais desequilíbrios económico-financeiros em instituições do seu perímetro assume uma relevância significativa. Embora sejam apresentadas informações sintéticas sobre algumas rubricas da conta de exploração e do balanço dessas instituições, a informação disponibilizada não permite, de uma forma cabal, avaliar em que medida os resultados económicos (principalmente nos casos em que

persistentemente as instituições apresentam EBIDTA negativo) podem vir a comprometer a sua solidez financeira. Continua a sentir-se a falta da apresentação de um conjunto de indicadores económico-financeiros para as instituições que fazem parte do perímetro do Grupo UP.

3. Resultados Económicos do Grupo UP em 2016

O Grupo UP apresenta em 2016 Proveitos Totais de 272.064 milhares de euros (271.000 milhares de euros em 2015) e Proveitos Operacionais de 254.946 milhares de euros (251.936 milhares de euros em 2015). A evolução dos Proveitos Totais e Proveitos Operacionais reflete principalmente a variação positiva das transferências do OE (aumento de 4.661 milhares de euros) decorrente da devolução de remunerações e a quebra significativa no valor das Vendas e Prestação de Serviços (diminuição de 1.691 milhares de euros). Apesar desta dificuldade nas vendas e prestação de serviços realça-se o facto dos Proveitos Operacionais terem tido uma variação positiva de 3.010 milhares de euros, o que compara com uma redução de 2.280 milhares de euros em 2015.

Proveitos Totais, Proveitos Operacionais e Proveitos Operacionais Próprios em milhares de euros

	2012	2013	2014	2015	2016
Proveitos Totais	243.666	267.137	271.631	271.000	272.064
Proveitos Operacionais	230.974	253.884	254.216	251.936	254.946
Proveitos Operacionais Próprios	72.894	73.103	74.970	74.370	72.719

Constatamos que em 2016 o grupo UP gerou proveitos próprios de 72.719 milhares de euros, correspondente ao valor mais baixo ocorrido nos últimos cinco anos e dando continuidade à inversão da tendência de crescimento ocorrida em 2015. Esta é uma matéria que deve merecer cuidada monitorização durante o ano de 2017.

No ano de 2016 o Grupo UP deu continuidade à tendência de quebra nos Resultados Operacionais registada nos anos de 2015 e 2014. No ano de 2016 o Grupo UP apresenta Resultados Operacionais de -14.467 milhares de euros comparativamente com -13.885 milhares de euros em 2015, e -9.472 milhares de euros em 2014.

102

Resultados Operacionais e Resultado Líquido em Milhares de euros

	2012	2013	2014	2015	2016
Resultados Operacionais	-12.676	-6.347	-9.472	-13.885	-14.467
Resultado Líquido	-1.964	4.255	5.083	2.396	-717

Em 2016, o Resultado Líquido do Grupo UP é novamente negativo (havia sido negativo em 2012) dando continuidade à inversão da tendência de recuperação ocorrida nos anos de 2013 e 2014.

Como é claramente expresso no Relatório, a discrepância entre Resultados Operacionais e Resultado Líquido é explicada pela rubrica Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários correspondendo ao reconhecimento dos proveitos relacionados com subsídios ao investimento na proporção das amortizações dos respetivos bens subsidiados.

O Grupo UP continua a gerar um EBIDTA e Cash-Flow fortemente positivos. Em 2016 o EBIDTA (Resultado Operacional + Amortizações + Provisões) tem uma quebra de 1.852 milhares de euros, à semelhança do que ocorreu nos dois anos anteriores. Em 2015 a quebra foi de 4.710 milhares de euros e em 2014 a quebra foi de 1.444 milhares de euros.

O *Cash-Flow* (Resultado Líquido + Amortizações+ Provisões) do Grupo UP diminuiu de 28.144 milhares de euros em 2015 para 24.043 milhares de euros em 2016. Em 2015 a variação havia sido também negativa (de 30.622 milhares de euros em 2014 para 28.144 milhares de euros em 2015). No ano anterior (2014) o *Cash-Flow* havia aumentado de 28.883 milhares de euros em 2013 para 30.622 milhares de euros em 2014.

No perímetro do Grupo UP, sete instituições apresentam em 2016 um Resultado Líquido negativo (em 2015 e 2014 cinco e seis instituições apresentaram um Resultado Líquido negativo). Nestes três anos apenas três instituições apresentam sempre um Resultado Líquido negativo (UPTEC, NET, e PROMONET)

Em 2016 cinco instituições apresentam um EBIDTA negativo (em 2015 três instituições e em 2014 apenas duas instituições apresentaram um EBIDTA negativo).

Analisando a evolução por instituição, realçamos a persistência de um EBIDTA negativo nos quatro anos para os quais há informação no caso da NET e em três dos quatro anos no INEB. Continuamos a entender que a disponibilidade de informação sobre indicadores do seu balanço permitiria fazer uma avaliação mais completa da evolução económico-financeira das instituições que persistentemente apresentam EBIDTAS negativos.

A evolução registada em 2016 nos resultados económicos do Grupo UP é no sentido da continuidade de uma ligeira deterioração ocorrida nos dois anos anteriores, embora o Grupo UP continue a apresentar resultados fortemente positivos. Como sistematicamente temos referido nos pareceres, a situação económica do Grupo UP está a médio prazo intimamente associada aos níveis de financiamento público. Esta dependência, acompanhada da relevância que a UP assume no Grupo UP, constituem elementos de risco, o que obriga a que se dê continuidade a uma atitude vigilante do ponto de vista de estrutura de custos e de ganhos de sinergias, quer ao nível da UP, quer ao nível das instituições no seu perímetro. Em particular, a diversidade de situações económicas no seio do Grupo UP implica uma monitorização cuidada da evolução económica futura ao nível das instituições do perímetro, tendo em conta as restrições orçamentais e a entrada em funcionamento de novas instalações com o consequente aumento de custos.

4. Indicadores Financeiros do Grupo UP

No seu conjunto, o Grupo UP continua a apresentar uma situação financeira muito sólida, dificilmente observável no setor privado. Esta situação particular do Grupo UP decorre da sua capacidade de obter financiamentos competitivos para os seus projetos, de atrair alunos e assim obter financiamento do OE e de prestar serviços à comunidade. Para evidenciar a situação financeira sólida do grupo UP atente-se que em 2016 o rácio Disponibilidades/Passivo é de 4,30 (3,91 em 2015; 3,76 em 2014; 3,98 em 2013; 2,91 em 2012).

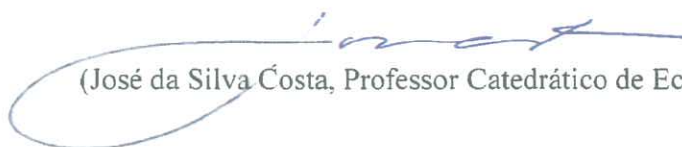
O rácio Disponibilidades/ (Passivo-Acréscimos e Diferimentos) é em 2016 de 3,97 (em 2015 era de 3,55) o que atesta a excelente situação financeiro do Grupo UP. Para estes indicadores em muito contribui a UP. Continuamos a reconhecer que no que respeita aos dados do Balanço das instituições do perímetro da UP, a informação é menos completa, o que não nos permite avaliar se há eventuais situações de desequilíbrio

financeiro. Como se referiu em vários pareceres, sugerimos que em futuros relatórios esta informação possa ser melhorada com a inclusão de um quadro com alguns rácios financeiros das diferentes instituições.

5. Conclusão

Os fundamentais económicos do Grupo UP continuam a ser muito positivos, embora se observe uma continuada (embora ligeira) deterioração da excelente posição do Grupo UP. Como se referiu em anteriores pareceres, eventuais riscos no que respeita à evolução económico-financeira do Grupo UP estão associados à evolução do financiamento do OE e à evolução de custos decorrente da expansão das instalações e estrutura de algumas instituições do perímetro. A monitorização das consequências assimétricas da redução do financiamento do OE e da expansão de atividades em algumas instituições do perímetro deve continuar a merecer elevada prioridade de forma a prevenir situações de desequilíbrio económico-financeiro.

Porto, 27 de Junho de 2017



(José da Silva Costa, Professor Catedrático de Economia)

Parecer Técnico sobre o Relatório de Gestão e Contas Consolidadas da U.Porto referente ao ano de 2016

Jorge Bento Farinha (PhD, MBA, Lic. Econ.)

28 de Junho, 2017

1. Introdução e enquadramento

O presente parecer visa dar resposta à solicitação feita à Faculdade de Economia para apoio técnico à Comissão de Planeamento e Financiamento (CPF) do Conselho Geral da Universidade do Porto (UP) com vista à apreciação do Relatório de Gestão e Contas Consolidadas da U.Porto referente ao ano de 2016), estatutariamente requerida a esse Conselho Geral.

Este documento procurará deste modo debruçar-se de uma forma sucinta sobre o Relatório de 2016 do ponto de vista dos traços essenciais do desempenho financeiro evidenciado no ano, do equilíbrio das contas apresentadas e das tendências observáveis nomeadamente em comparação com as contas de período anterior.

2. Aspectos gerais

Em primeiro lugar, o Relatório e Contas apresentado foi objeto de fiscalização prévia por parte do Fiscal Único (Jorge Manuel Felizes Morgado ROC) que emitiu a Certificação Legal de Contas e da parte da Crowe Horwath SROC que elaborou o relatório de auditoria consolidado. Num caso e noutros foi declarado que foram adotadas corretamente as normas contabilísticas aplicáveis e que não existiram quaisquer incorreções materiais no relatório e contas apresentados.

Por sua vez, as contas consolidadas incluem o universo não apenas das unidades orgânicas da U.Porto, Reitoria e Serviços Autónomos como ainda do conjunto das entidades participadas que inclui as seguintes¹:

- Associação Porto Business School-U.Porto
- CAUP - Centro de Astrofísica da U.Porto
- CIIMAR - Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental
- IBMC - Instituto de Biologia Molecular e Celular
- ICETA - Instituto de Ciências, Tecnologias e Agroambiente da U.Porto
- INEB - Instituto Nacional de Engenharia Biomédica
- INEGI - Instituto de Ciência e Inovação em Engenharia Mecânica e Engenharia Industrial
- INESC TEC - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência
- IPATIMUP - Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da U.Porto
- ISPUP - Instituto de Saúde Pública da U.Porto
- LEMC - Laboratório de Ensaio de Materiais de Construção
- NET - Novas Empresas e Tecnologias, S.A.
- PROMONET - Associação Promotora de Novas Empresas e Tecnologias
- UPTEC - Associação de Transferência de Tecnologia da Asprela

¹ Por consolidação integral ou simples agregação de contas, conforme referido na pag. 50 do Relatório.

Será de salientar que para além das contas consolidadas, o Relatório de Gestão apresenta não só (i) um conjunto de informações contabilísticas individuais relevantes para as diversas entidades objeto de consolidação ou agregação nas contas da U.Porto (patente nas páginas 6 e 7 do Relatório) como ainda (ii) um conjunto de indicadores de natureza eminentemente não contabilística ou financeira (pags. 9 a 28 do Relatório) relativos às atividades de Educação e Formação, Investigação e da designada “Terceira Missão”² (esses indicadores não serão todavia discutidos em pormenor neste parecer).

Globalmente e em nossa opinião, as informações disponibilizadas permitem aferir de forma adequada o grau de cumprimento das diversas missões e objetivos da U.Porto, em paralelo com a informação contabilística e financeira apresentada.

3. Evolução da Demonstração de Resultados Consolidada

A evolução económico-financeira das atividades da U.Porto pode ser apreciada nos quadro 1-A (em valores absolutos) e 1-B (em percentagem das Receitas Totais) seguintes, onde para além dos valores referentes a 2016 se incluíram, para comparação e análise de tendências, os relativos aos três anos anteriores.

Quadro 1-A

Evolução da Demonstração de Resultados Consolidada
(milhares de euros)

	2013	2014	2015	2016
Vendas e Prestação de Serviços	29209	31682	32096	30405
Impostos, taxas e outros	41280	40154	38932	38860
Proveitos Suplementares	2283	2480	2672	2578
Financiamento do Estado	116499	115649	112676	117806
Outras transferencias e subsidios correntes	64282	63597	64890	64421
Outros Proveitos e Ganhos Oper. e Trab. Propr.Entidade	331	654	669	876
Total de Proveitos	253884	254216	251936	254946
Custo das Mercadorias e dos Subcontratos	-4043	-3741	-3069	-2895
Margem Bruta	249841	250475	248867	252050
Fornecimentos e Serviços Externos	-55598	-53411	-56886	-55129
Despesas com Pessoal	-154518	-156984	-157227	-164515
Outros Custos (-) O. Proveitos	-14053	-11704	-7709	-9515
Resultado Antes Enc. Fin, Imp. e Amortiz. (EBITDA)	25672	28376	27044	22891
Amortizações do Exercício	-22268	-24123	-25025	-23740
Resultado Operacional (EBIT)	3404	4253	2019	-849
Receitas Financeiras	1450	1375	898	540
Custos Financeiros	-599	-544	-520	-408
Resultados Antes de Impostos	4255	5083	2396	-717
Resultados Antes de Minoritários	4255	5083	2396	-717
Interesses Minoritários	31	799	294	12
Resultado Consolidado Líquido	4224	4284	2102	-729

² Atividades associadas à promoção de uma “relação mais estreita com a comunidade e a correspondente capacidade de responder às expectativas desta” (pag. 22 do Relatório de Gestão).

Quadro 1-B

**Evolução da Demonstração de Resultados Consolidada
(em % do Total de Proveitos)**

	2013	2014	2015	2016
Vendas e Prestação de Serviços	12%	12%	13%	12%
Impostos, taxas e outros	16%	16%	15%	15%
Proveitos Suplementares	1%	1%	1%	1%
Financiamento do Estado	46%	45%	45%	46%
Outras transferências e subsídios correntes	25%	25%	26%	25%
Outros Proveitos e Ganhos Oper. e Trab. Propr.Entidade	0%	0%	0%	0%
Total de Proveitos	100%	100%	100%	100%
Custo das Mercadorias e dos Subcontratos	-2%	-1%	-1%	-1%
Margem Bruta	98%	99%	99%	99%
Fornecimentos e Serviços Externos	-22%	-21%	-23%	-22%
Despesas com Pessoal	-61%	-62%	-62%	-65%
Outros Custos (-) O. Proveitos	-6%	-5%	-3%	-4%
Resultado Antes Enc. Fin, Imp. e Amortiz. (EBITDA)	10%	11%	11%	9%
Amortizações Exercício	-9%	-9%	-10%	-9%
Resultado Antes de Imposto e Enc.Fin (EBIT)	1%	2%	1%	0%
Receitas Financeiras	1%	1%	0%	0%
Custos Financeiros	0%	0%	0%	0%
Resultados Antes de Impostos	2%	2%	1%	0%
Resultados Antes de Minoritários	2%	2%	1%	0%
Interesses Minoritários	0%	0%	0%	0%
Resultado Consolidado Líquido	2%	2%	1%	0%

Os quadros anteriores revelam os seguintes traços essenciais da atividade observada no ano de 2016:

- Um ligeiro incremento no total de Proveitos (+1.2%), a par de uma estabilidade da sua composição relativa; assim, apesar de uma quebra no total das vendas e prestações de serviços (-1.7 milhões de euros) e nas outras transferências e subsídios correntes (-0,5 milhões de euros), verificou-se um aumento de cerca de 5.1 milhões de euros nas transferências do Estado.

- Apesar da melhoria no Total de Proveitos, os Resultados da U.Porto em termos de EBITDA³ ou EBIT⁴ acusaram uma degradação, para o que concorreu de sobremaneira o aumento dos custos com o pessoal (superior a 7 milhões de euros), fruto em especial da eliminação progressiva das reduções remuneratórias impostas anteriormente, da contratação de novos investigadores⁵, e de um saldo mais desfavorável na rubrica de Outros Custos menos Outros Proveitos (que inclui proveitos categorizados como extraordinários mas associados a subsídios

³³ Resultados Antes de Custos e Proveitos Financeiros, Impostos e Amortizações (EBITDA-Earnings Before Interest, Depreciation and Amortization).

⁴ Resultados Antes de Custos e Proveitos Financeiros e Impostos (EBIT-Earnings Before Interest and Tax).

⁵ Ao abrigo dos programas Portugal 2020 e Investigador FCT.

ao investimento⁶). Tal evolução foi parcialmente menos negativa devido à relevante redução dos custos com Fornecimentos e Serviços Externos (-1.7 milhões de euros).

- Em termos globais, o resultado consolidado da U.Porto apresentou-se negativo em 2016 (foi positivo em 2 milhões de euros em 2015 e superior a 4 milhões nos anos anteriores), sendo essa evolução essencialmente fruto da divergência entre o aumento dos Custos com o Pessoal e o aumento das transferências recebidas do Estado, atrás assinalada.

4. Contributo das entidades participadas para os Resultados Consolidados

Com base na informação disponibilizada no Relatório de Gestão (pags.6 e 7) é possível apreciar o relevante impacto nos Resultados da U.Porto de algumas das suas entidades participadas. Em função da sua relevância financeira ou da sua persistência em relação a anos anteriores, são de destacar em 2016 os contributos negativos por parte do CIIMAR (-593 mil euros), INEGI (-271 mil euros), UPTEC (-1079 mil euros), LEMC (-105 mil euros) e NET (-233 mil euros). Dentro destas entidades é de salientar em particular a dimensão e preocupante tendência de crescimento dos prejuízos da UPTEC, atualmente superiores a 1 milhão de euros, por si só superiores ao prejuízo reportado em 2016 pela U.Porto (-729 mil euros). O prejuízo da UPTEC variou entre -0.7 e -0.9 milhões de euros nos anos anteriores.

É de realçar que a soma simples dos prejuízos do conjunto das cinco entidades assinaladas atingiu quase -2.3 milhões de euros em 2016.

Em termos agregados, o quadro seguinte evidencia o somatório simples dos resultados líquidos de todas as entidades participadas pela U.Porto e incluídas nas contas consolidadas:

Quadro 2

Resultados Líquidos Agregados das Entidades Participadas pela U.Porto
(milhares de euros)

	2016	2015	2014	2013
Resultados Líquidos Entidades Participadas	-1642	-290	928	-685

Deste modo, o quadro anterior revela que com exceção do ano de 2014 (que beneficiou de um contributo especialmente positivo dos resultados líquidos da Porto Business School que se cifraram em mais de 1 milhão de euros⁷), o valor agregado tem sido consistentemente negativo mas com um especial agravamento em 2016, onde se cifrou em cerca de -1.6 milhões de euros. O elevado esforço financeiro assim patenteado deverá ser deste modo devidamente balanceado com o impacto e os benefícios dessas entidades em termos do seu contributo para as várias missões da U.Porto.

⁶ Esses subsídios são registados ao mesmo ritmo das amortizações do exercício associadas aos respetivos ativos subsidiados.

⁷ Os Resultados Líquidos da PBS foram de 269 mil euros e de -38 mil euros, respetivamente em 2015 e 2016.

5. Comparação dos Resultados de 2016 com o Estimativa para o mesmo ano constante do Orçamento para 2017

Numa outra dimensão de análise, poder-se-á fazer uma comparação entre os proveitos e custos estimados para 2016 contidos no orçamento para 2017 e os valores efetivos agora apresentados para o ano de 2016. Dado que os valores estimados no orçamento não contemplavam os contributos das entidades participadas, só se pode fazer uma comparação ao nível dos resultados individuais da U.Porto (tal como apresentados na pag. 6 do Relatório de Gestão de 2016). Assim, o valor previsto para 2016 constante na pag. 10 do Orçamento para 2016 era positivo no montante de 4.67 milhões de euros, o que contrasta com o valor efetivo de 0,88 milhões (um desvio de -81%), conforme transparece do quadro seguinte⁸:

Quadro 3

Comparação entre Proveitos, Custos e Resultados da U.Porto
(sem entidades participadas) efetivos de 2016 versus
estimados no Orçamento para 2017
(milhares de euros)

	2016 Estim	2016 Efect	Varição	%
Proveitos Totais	211341	205956	-5385	-3%
Custos Totais	206667	205080	-1587	-1%
Custos com Pessoal	141134	138597	-2537	-2%
Resultado Líquido	4674	876	-3798	-81%

Assim, poderá realçar-se que se confirma a afirmação anterior de que sem o contributo das entidades participadas os resultados da U.Porto seriam positivos mas é igualmente de registar o desvio no nível de resultados estimados para 2016 versus o seu valor efetivo. Essa diferença deve-se de sobremaneira a um menor nível da rubrica "Outras transferências e subsídios correntes obtidos"⁹, tendo os custos totais (incluindo os Custos com Pessoal) ficado abaixo do esperado.

6. Evolução da Situação Patrimonial consolidada

Os quadros 4-A e 4.B que se seguem apresentam a evolução dos balanços consolidados no período de 2013 a 2016, respetivamente em valor absoluto (milhares de euros) e em percentagem do total do Ativo.

⁸ Presume-se que o universo de entidades incluídas nos dois casos seja comparável mas não foi possível confirmar em tempo útil esse pressuposto.

⁹ No tocante às dotações do Orçamento do Estado a diferença entre o valor estimado e efetivo é quase nula (117783 mil euros versus 117806 mil euros, respetivamente).

Quadro 4-A
Evolução dos Balanços Consolidados
(milhares de euros)

	2013	2014	2015	2016
Activos Não-Corrente				
Activos Intangíveis	701	721	781	877
Activos Fixos Tangíveis	596854	596668	596854	588754
Investimentos em Empresas Associadas	7289	6397	6434	6805
Investimentos Financeiros	56	36	2363	2772
Total Activos Não-Correntes	604901	603822	606431	599208
Activos Correntes				
Existências	1428	1507	1669	1655
Clientes, alunos e utentes	39986	39083	33486	35760
Outros Devedores e Outros Activos Correntes	125815	97073	111010	143478
Caixa e Seus Equivalentes	100280	108871	113211	123545
Total Activos Correntes	267509	246534	259377	304438
Total Activos	872410	850355	865808	903646
Passivos Correntes				
Fornecedores	6548	7830	6074	6508
Fornecedores de Imobilizado	5003	5106	2550	2423
Estado e Outros Passivos Correntes	336523	307610	326075	364949
Endividamento	3664	4539	3382	2269
Total Passivos Correntes	351738	325085	338082	376149
Passivos Não-Correntes				
Fornecedores de Imobilizado	16	0	76	56
Outros Passivos não Correntes	50	20	21	21
Endividamento	3649	2846	2560	2100
Provisões	228	220	325	246
Total Passivos Não Correntes	3943	3086	2982	2423
Total Passivo	355681	328171	341063	378571
Capital Próprio				
Património	443599	443599	445911	445911
Reservas e Doações	7112	7387	7435	7443
Resultados transitados	54847	59047	61048	64082
Resultado Líquido	4224	4283,837	2102	-729
Total Capital Próprio	509782	514317	516496	516707
Interesses Minoritários	6946	7867	8249	8368
Total Capital Próprio e Passivo	872410	850355	865808	903646

Quadro 4-B
Evolução dos Balanços Consolidados
(em % do Ativo Total)

	2013	2014	2015	2016
Activos Não-Corrente				
Activos Intangíveis	0%	0%	0%	0%
Activos Fixos Tangíveis	68%	70%	69%	65%
Investimentos em Empresas Associadas	1%	1%	1%	1%
Investimentos Financeiros	0%	0%	0%	0%
Total Activos Não-Correntes	69%	71%	70%	66%
Activos Correntes				
Existências	0%	0%	0%	0%
Clientes, alunos e utentes	5%	5%	4%	4%
Outros Devedores e Outros Activos Correntes	14%	11%	13%	16%
Caixa e Seus Equivalentes	11%	13%	13%	14%
Total Activos Correntes	31%	29%	30%	34%
Total Activos	100%	100%	100%	100%
Passivos Correntes				
Fornecedores	1%	1%	1%	1%
Fornecedores de Imobilizado	1%	1%	0%	0%
Estado e Outros Passivos Correntes	39%	36%	38%	40%
Endividamento	0%	1%	0%	0%
Total Passivos Correntes	40%	38%	39%	42%
Passivos Não-Correntes				
Fornecedores de Imobilizado	0%	0%	0%	0%
Outros Passivos não Correntes	0%	0%	0%	0%
Endividamento	0%	0%	0%	0%
Provisões	0%	0%	0%	0%
Total Passivos Não Correntes	0%	0%	0%	0%
Total Passivo	41%	39%	39%	42%
Capital Próprio				
Património	51%	52%	52%	49%
Reservas e Doações	1%	1%	1%	1%
Resultados transitados	6%	7%	7%	7%
Resultado líquido	0%	1%	0%	0%
Total Capital Próprio	58%	60%	60%	57%
Interesses Minoritários	1%	1%	1%	1%
Total Capital Próprio e Passivo	100%	100%	100%	100%

Os quadros anteriores mostram que a evolução da estrutura patrimonial consolidada da U.Porto se caracteriza por uma relativa estabilidade ao longo do período em causa. Em 2016 o total do Ativo cresceu cerca de 4.4%, acima do crescimento dos Proveitos que como atrás se referiu, se cifrou em 1.2%. O aumento mais expressivo foi na rubrica de Outros Devedores e Outros Ativos correntes que cresceu 29%. O Ativo Fixo líquido acusou uma ligeira redução (em cerca de -1.3%) indiciando um nível de investimento nessa categoria de ativos inferior ao ritmo das amortizações¹⁰.

¹⁰ De assinalar a ocorrência de desinvestimentos associados a algumas alienações de terrenos e edifícios efetuados pela U.Porto em 2016 (terrenos a nascente do IPATIMUP e prédios nas ruas Miguel Bombarda e Coronel Pacheco.).

Fruto dos condicionalismos legais que impedem a utilização de saldos de gerência transitados assim como de verbas consignadas para investigação e investimento, o valor das disponibilidades consolidadas da U.Porto mantém-se a níveis particularmente elevados e continuamente crescente ao longo dos últimos anos (123.5 milhões de euros em 2016, correspondente a cerca de 14% do Ativo Total)

Ao nível do Passivo, a U.Porto tem vindo a registar um aumento da importância relativa de rubricas de Proveitos diferidos (mais 39 milhões de euros em 2016) incluídas nos quadro supra na linha de “Estado e Outros Passivos Correntes”. Não sendo propriamente uma forma de financiamento, essa rubrica resulta da especialização contabilística dos exercícios e associa-se sobretudo à repartição temporal dos subsídios ao funcionamento e ao investimento.

No mesmo período é patente a contínua redução do (já de si relativamente pequeno) Endividamento, que atinge cerca de 2.4 milhões de euros em 2016 (contra 5.9 em 2015 e 7.4 em 2015) estando neste momento abaixo de 0,5% do Ativo Total. Em conjugação com o elevado valor de disponibilidades, essa circunstância mantém o nível de risco financeiro da U.Porto a níveis muito reduzidos.

A evolução patente no balanço consolidado revela ainda uma ligeira perda de peso relativo dos Fundos Próprios no total do Ativo (o chamado rácio de autonomia financeira), que passa de 60% do Ativo em 2015 para 57% em 2016. Essa redução resulta quer do aumento do Ativo no período como da ocorrência de resultados consolidados negativos. Conforme é realçado no Relatório de Gestão, o rácio de 57% está abaixo do requerido legalmente em sede do Artº 7º do D.L. 96/2009 de 27 de Abril. À luz todavia do Sistema de Normalização Contabilística que entrará em vigor em 2018 é de admitir, como refere bem o Relatório de Gestão, que as alterações na forma de contabilização de financiamentos de investimento levarão ao cumprimento (tangencial) do requisito de uma autonomia financeira mínima de 75%¹¹.

7. Evolução da capacidade de geração de fluxos de caixa

Os quadros 5-A (valores absolutos em milhares de euros) e 5-B (em percentagem dos recebimentos totais) seguintes mostram a capacidade consolidada da U.Porto em gerar fluxos financeiros a partir das suas atividades assim como contributo financeiro das operações de investimento e de financiamento.

¹¹¹¹ O outro requisito legal, de que o Endividamento não seja superior a quatro vezes o cash-flow (soma de resultados com amortizações e provisões do exercício) é largamente cumprido. Em 2016 o rácio era de apenas 0.19.

Quadro 5-A
Evolução dos Fluxos de Caixa Consolidados
(milhares de euros)

	2013	2014	2015	2016
Actividades Operacionais:				
Recebimentos de clientes, estudantes e subsídios	261021	254491	265373	260445
Pagamentos a fornecedores	-59049	-57600	-62182	-58862
Pagamentos ao pessoal e estudantes	-156210	-160597	-159701	-165020
Fluxos Gerados pelas Operações	45762	36294	43490	36564
Outros Recebimentos Operacionais e extraord.	3091	3364	12543	12830
Outros Pagamentos Operacionais e extraord.	-30991	-28670	-36572	-31073
Fluxos das Actividades Operacionais	17862	10988	19461	18321
Actividades de investimento:				
Pagamentos de Activos Fixos Tangíveis	-42991	-23919	-25169	-15968
Pagamentos de Activos Intangíveis	-21	-101	-160	-147
Pagamentos de Investimentos Financeiros	-20	-84	-1581	-1149
Recebimentos de Activos Fixos Tangíveis	31	157	208	922
Recebimentos de Investimentos Financeiros	34	234	14	378
Recebimentos de Subsídios de Investimento	41677	18492	12412	7774
Recebimentos de juros e dividendos	726	1105	445	226
Fluxos das Actividades de Investimento	-563	-4117	-13830	-7963
Actividades de Financiamento:				
Recebimentos de Aum.. Capital, Doações e Prest.Su	1998	1662	1177	1734
Recebimentos de Empréstimos	17802	13475	16341	11272
Pagamentos de Empréstimos	-17682	-13413	-17645	-12859
Amortização de contratos de locação financeira	0	0	-34	-76
Juros e Custos Similares	-374	-383	-376	-96
Fluxos das Actividades de Financiamento	1744	1340	-537	-26
Variação de Caixa e Seus Equivalentes	19043	8212	5094	10332
Valores iniciais de Caixa e Seus Equivalentes	78646	100273	108867	113210
Variações Decorrentes de reexpressão e outros	2584	382	-750	0
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Exercício	100273	108867	113210	123542

Quadro 5-B
Evolução dos Fluxos de Caixa Consolidados
(em % dos Recebimentos Totais)

	2013	2014	2015	2016
Actividades Operacionais:				
Recebimentos de clientes, estudantes e subsídios	100%	100%	100%	100%
Pagamentos a fornecedores	-23%	-23%	-23%	-23%
Pagamentos ao pessoal e estudantes	-60%	-63%	-60%	-63%
Fluxos Gerados pelas Operações	18%	14%	16%	14%
Outros Recebimentos Operacionais e extraord.	1%	1%	5%	5%
Outros Pagamentos Operacionais e extraord.	-12%	-11%	-14%	-12%
Fluxos das Actividades Operacionais	7%	4%	7%	7%
Actividades de investimento:				
Pagamentos de Activos Fixos Tangíveis	-16%	-9%	-9%	-6%
Pagamentos de Activos Intangíveis	0%	0%	0%	0%
Pagamentos de Investimentos Financeiros	0%	0%	-1%	0%
Recebimentos de Activos Fixos Tangíveis	0%	0%	0%	0%
Recebimentos de Investimentos Financeiros	0%	0%	0%	0%
Recebimentos de Subsídios de Investimento	16%	7%	5%	3%
Recebimentos de juros e dividendos	0%	0%	0%	0%
Fluxos das Actividades de Investimento	0%	-2%	-5%	-3%
Actividades de Financiamento:				
Recebimentos de Aum.. Capital, Doações e Prest.St	1%	1%	0%	1%
Recebimentos de Empréstimos	7%	5%	6%	4%
Pagamentos de Empréstimos	-7%	-5%	-7%	-5%
Amortização de contratos de locação financeira	0%	0%	0%	0%
Juros e Custos Similares	0%	0%	0%	0%
Fluxos das Actividades de Financiamento	1%	1%	0%	0%
Variação de Caixa e Seus Equivalentes	7%	3%	2%	4%
Valores iniciais de Caixa e Seus Equivalentes	30%	39%	41%	43%
Variações Decorrentes do Alterações de Perímetro	1%	0%	0%	0%
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Exercício	38%	43%	43%	47%

Conforme se poderá apreciar dos quadros anteriores, do ponto de vista estrito de tesouraria, a U.Porto tem mantido uma capacidade de geração de Fluxos operacionais de caixa sempre positivos, espelhando o ano de 2016 apenas uma pequena redução em relação ao ano anterior (18.3 milhões de euros versus 19.5). Durante todo esse período o valor assim obtido é largamente superior ao saldo financeiro de investimentos que ademais se reduziu notavelmente em 2016 face a 2015 (quebra de 13.8 para cerca de 9 milhões de euros de fluxo de investimento). A quase totalidade do excedente de tesouraria assim gerado tem vindo deste modo a aumentar de forma contínua no período o saldo de disponibilidades que representa em 2016 já cerca de 47% da totalidade dos recebimentos do período. Não se detetam deste modo durante o período em apreço quaisquer restrições óbvias em termos de puro equilíbrio de tesouraria.

8. Indicadores financeiros seleccionados

Finalmente, por razões de completez, incluem-se a seguir um conjunto de indicadores económico-financeiros sobre as contas consolidadas da U.Porto. Por parcimónia não se comentarão em pormenor os valores individuais desses indicadores, os quais não contrariam no essencial as principais conclusões anteriormente chegadas. Realce-se apenas em termos gerais uma relativa estabilidade dos indicadores, apenas perturbada pela ocorrência de prejuízos contabilísticos em 2016.

Quadro 6

Indicadores Económico-Financeiros selecionados

	2013	2014	2015	2016
Liquidez				
Grau de Liquidez Geral (Activos Correntes/Passivos Correntes)	0,76	0,76	0,77	0,81
Grau de Liquidez Reduzida ((Act. Correntes- Exist.)/Pass. Correntes)	0,40	0,46	0,43	0,42
Grau de Liquidez Imediata (Caixa e Equivalentes)/Pass. Correntes)	0,29	0,33	0,33	0,33
Rácio de Fluxo Cx. Operacional (Fluxo Cx Operações/Pass. Corr.)	0,05	0,03	0,06	0,05
Rácio de Conversão Vendas em Caixa (Fluxo Cx Oper./Vendas)	7,0%	4,3%	7,7%	7,2%
Rotação de Stocks ((Custo das Vendas)/Existências)	2,83	2,48	1,84	1,75
Tempo Médio de Existências (dias) ((Exist./Custo das Vendas)x365)	129	147	199	209
Tempo Médio de Recebimentos (dias) ((Clientes/Vendas)*365)	57	56	49	51
Tempo Médio de Pagamentos (dias) ((Fornecedores/Compras)x365)	39	50	37	41
Ciclo de Exploração (dias) (TME+TMR-TMP)	147	153	210	219
Rentabilidade				
Margem Bruta das Vendas (Margem Bruta/Vendas)	98,41%	98,53%	98,78%	98,86%
Rentabilidade das Vendas 1 (Res. Líquido/Vendas)	1,68%	2,00%	0,95%	-0,28%
Rentabilidade das Vendas 2 (EBITDA/Vendas)	10,11%	11,16%	10,73%	8,98%
Rentabilidade das Vendas 3 (EBIT/Vendas)	1,34%	1,67%	0,80%	-0,33%
ROA-Rentabilidade Operac. do Activo ((EBIT+Rec. Financ.)/Activo)	0,56%	0,66%	0,34%	-0,03%
ROCE-Rent.Op.Cap.Empregue ((EBIT+Rec.Fin.-Int.Min.)/(Sit.Liq.+Dívida)	0,93%	0,93%	0,50%	-0,06%
RCP-Rentab.Cap.Próprio (Res.Líquido após Int.Min./Sit.Liq.)	0,83%	0,83%	0,41%	-0,14%
Endividamento				
Rácio de Endividamento (Dívida/Activo)	0,8%	0,9%	0,7%	0,5%
Rácio de Dívida / Capital Empregue (Dívida/(Dívida+Sit.Liq.+Int.Min.))	1,4%	1,4%	1,1%	0,8%
Rácio Debt-to-Equity (Dívida / (Capital Próprio+Int.Min.))	0,01	0,01	0,01	0,01
Rácio Dívida/(Cap. Próprio Tangível) (Dívida/(Sit.Líquida+Int.Min.-Im	0,01	0,01	0,01	0,01
Rácio Dívida LP/Cap.Empregue (Dívida Longo Prazo/(Dívida+Sit. Líquid.	0,01	0,01	0,01	0,00
Interest Coverage 1 (EBIT/Enc. Fin. Líquidos)	-4,0	-5,1	-5,4	6,4
Interest Coverage 2 (EBITDA/Enc.Fin.Líquidos)	-30,2	-34,2	-71,7	-173,3
Dívida Longo Prazo / Dívida Total (Dívida LP/Dívida Total)	50%	39%	44%	49%
Dívida / EBIT (Dívida Total/EBIT)	2,17	1,74	2,99	-5,24
Dívida / EBITDA (Dívida Total / EBITDA)	0,29	0,26	0,22	0,19
Actividade e Eficiência				
Rotação do Activo 1 (Vendas/Activo)	0,29	0,30	0,29	0,28
Rotação do Activo 2 (Vendas / Activos Não Correntes)	0,42	0,42	0,42	0,43
Rotação do Capital Empregue (Vendas / (Dívida+Sit.Líquida))	0,49	0,49	0,48	0,49
Vendas por trabalhador ('000 €)	45809	44688	44660	44590
Despesas com Pessoal / Vendas	60,86%	61,75%	62,41%	64,53%
Rotação do Activo Fixo (Vendas/Imob. Corpóreo)	0,43	0,43	0,42	0,43
Taxa de Crescimento das Vendas	nd	0,1%	-0,9%	1,2%
Taxa de Crescimento do Activo	nd	-2,5%	1,8%	4,4%
Ponto Crítico de Vendas (Res. Operacional)	250424	249899	249892	255805
Vendas / Ponto Crítico (Res.Operacional)	1,01	1,02	1,01	1,00
Ponto Crítico de Vendas (Res. Líquido)	249560	249057	249510	255671
Vendas / Ponto Crítico (Res. Líquido)	1,02	1,02	1,01	1,00
Grau de Alavancagem Operacional (Margem Bruta/EBIT)	73,39	58,89	123,26	-296,85
Grau de Alavancagem Financeira (EBIT/EBT)	0,80	0,84	0,84	1,18
Grau de Alavancagem Combinada (Margem Bruta/EBT)	58,72	49,28	103,85	-351,54

9. Principais conclusões

De forma resumida poder-se-ão retirar as seguintes conclusões da análise apresentada nos pontos anteriores :

- a) A evolução da atividade da U.Porto em 2016 revelou a ocorrência de resultados negativos que derivaram essencialmente de uma divergência entre o crescimento das despesas com o pessoal (associada sobretudo à gradual eliminação das reduções salariais anteriormente introduzidas) e o aumento desproporcionadamente menor nas transferências do Estado;
- b) Prosseguiu-se em 2016 um relevante esforço de redução ao nível de outros custos (designadamente de Fornecimentos e Serviços Externos);
- c) Em termos estruturais, o contributo das entidades participadas é globalmente muito negativo para os Resultados consolidados, sendo o caso da UPTEC o mais gravoso (mais de 1 milhão de euros de prejuízos em 2016, com aparente tendência de agravamento anual);
- d) O ano de 2016 denota algum desinvestimento relativo em Activos Fixos;
- e) Existe um incumprimento técnico de um requisito legal relativo à estrutura de financiamento da U.Porto mas que deverá estar ultrapassado tangencialmente em 2018 com alterações esperadas de normativas contabilísticas;
- f) Em termos de geração de tesouraria a U.Porto não revela constrangimentos especiais, tendo vindo a acumular saldo de disponibilidades particularmente elevados e que decorrem da natureza especial do seu enquadramento legal e das características da sua atividade de financiamento do investimento.